

Crivo de universidades privadas na Europa de Leste e na África do Sul

No mesmo dia (15 de dezembro), o “The New York Times” publicou dois artigos sobre as dificuldades das universidades privadas em diferentes partes do mundo: na Europa de Leste e África do Sul. Apesar da distância social e cultural, ambos os casos partilham traços importantes. Nas duas regiões, as instituições privadas serviram para ampliar a oferta de ensino superior em anos de necessidade urgente, mas agora não têm assegurada a sustentação.

Nos países da Europa de Leste, depois da queda do comunismo em 1989, houve um rápido florescimento de universidades privadas até então inexistentes. Ofereciam uma alternativa às públicas, manchadas pela sua dependência do regime, com estudos menos convencionais e mais dirigidas para facilitar o acesso ao emprego, como relações públicas ou direção de empresas.

Nas duas décadas seguintes à alteração política, foram criadas centenas de universidades e outros centros de ensino superior, de propriedade privada, que chegaram a captar 25% ou mais dos alunos. Na Polónia, um dos países onde gozaram de maior sucesso, têm 32%. Muito menos, com 14%, na República Checa, mas após um crescimento também muito rápido: de 2.000 para 57.000 estudantes na primeira década do século.

Contudo, a procura antes insatisfeita foi coberta, e a baixa natalidade trava o aumento da população estudantil. Chegou a hora do crivo, que só deixará de pé as instituições verdadeiramente sólidas. Muitas surgiram depressa, com algum oportunismo e sem boas bases. Em países como Albânia ou Roménia, proliferaram aproveitando a débil regulamentação estatal, e agora que as leis impõem requisitos mais sérios, nem todas podem cumpri-los. Na Bósnia, multiplicaram-se quando de um dia para o outro o governo exigiu título superior para haver acesso a diversas profissões ou cargos. Também nos restantes países, embora sem chegar a tanto, grande parte das universidades privadas adquiriram fama de vender títulos de baixo nível académico. E, devido à recessão económica, há menos estudantes que podem pagar.

De acordo com opiniões recolhidas pelo “The New York Times”, nos países de maiores dimensões, Ucrânia e Polónia, vão fechar nos próximos anos cerca de 75% das instituições privadas. Entre elas não estará a Universidade Koźmiński (Varsóvia), especializada em administração de empresas e em finanças. Uma chave para a sua boa saúde é ter atraído, com cursos em inglês, muitos estudantes estrangeiros: mil de 56 países, quase um terço dos seus alunos a tempo inteiro.

Também na África do Sul, as instituições privadas (vinte atualmente, 50% criadas nos anos noventa e posteriores) ajudaram a absorver a forte expansão de estudantes universitários subsequente ao fim do *apartheid* em 1994. No entanto, agora sofrem sérias dificuldades, não porque os alunos sejam menos, mas porque muitos não pagam.

O mesmo problema têm as universidades públicas, embora em menor grau, porque os seus alunos recebem ajudas do Estado, através do National Student Financial Aid Scheme (NSFAS). Mas este organismo tão-pouco dispõe de recursos para atender todas as necessidades, embora o seu orçamento tenha aumentado muito, até ao equivalente de mais de 800 milhões de dólares.

Consequentemente, todas as universidades públicas (23 no total) têm alunos que não satisfazem os pagamentos, em percentagens as mais variáveis, consoante a situação socioeconómica da zona: de menos de 1% na Cidade do Cabo, a quase 20% na de KwaZulu-Natal. “É o problema mais grave que temos”, afirma ao “The New York Times”, Jeffrey Mabelebele, diretor executivo da associação das universidades públicas. “É uma ameaça para o próprio funcionamento da universidade”.

Nalguns casos, a ameaça concretizou-se. No ano passado, a Tshwane University of Technology teve de fechar durante uma semana, quando os estudantes causaram distúrbios para exigir que o NSFAS entregasse imediatamente as ajudas concedidas e ainda não efetivadas, e que se lhes fossem perdoadas todas as dívidas. Também houve protestos violentos na Universidade do KwaZulu-Natal, quando teve de deixar de conceder créditos aos estudantes para cobrir a diferença entre o custo da matrícula e as ajudas do NSFAS. Desde então, a paz foi restaurada, mas não se obteve o equilíbrio financeiro: a Universidade arrasta o equivalente a 13 milhões de dólares em dívidas de estudantes devedores.

A situação é ainda mais difícil para as instituições privadas sem fins lucrativos, somente metade do total, que, como as públicas, não admitem somente alunos com bons rendimentos económicos, mas se encontram em inferioridade de condições. Não são oficialmente universidades, pois na África do Sul esse título é reservado aos centros estatais. Só podem chamar-se *college*, o que é uma desvantagem, pois nesse país o termo costuma ser aplicado a escolas do ensino secundário ou de formação profissional. E os seus alunos não recebem ajudas do NSFAS.

Assim, a inadimplência dos estudantes acabou com a St. Augustine College (Joanesburgo), a única universidade católica da África do Sul. Vai vender o *campus* para saldar dívidas e, a partir deste ano letivo, iniciado em janeiro, já não proporciona estudos de graduação, mas somente programas de pós-graduação, para alunos que paguem, noutras instalações mais pequenas.

A St. Augustine College, fundada em 1999, tinha ganho prestígio: “Era um dos nossos melhores centros privados”, disse ao “The New York Times”, Themba Mosia, vice-reitor de alunos da Universidade de Pretória e ex-presidente do conselho assessor do Ministério da Educação. Mas, segundo alguns, a universidade era “muito branda” com os devedores. Denise Gordon-Brown, diretora de projetos da St. Augustine, admite que a “opção preferencial pelos pobres” da Igreja católica contribuiu para o naufrágio.

Que diferença com as universidades privadas norte-americanas, algumas católicas, certamente. O “The Chronicle of Higher Education” avança com uma amostra da riqueza de que gozam, no último relatório publicado em dezembro, “Executive Compensation at Private Colleges, 2011”, sobre as remunerações a dirigentes nessas instituições.

Os dados correspondem a 2011, ano em que o pagamento dos presidentes ou diretores executivos das 500 maiores universidades dos Estados Unidos subiu em conjunto 3,2%, praticamente o mesmo que o salário de um trabalhador normal. Em média, ganharam 410.523 dólares.

Mas existem grandes diferenças entre eles. Nos últimos lugares aparecem religiosos que dirigem instituições católicas em troca de pouco ou nada. À cabeça da tabela surge em primeiro lugar, Robert Zimmer, presidente da Universidade de Chicago: 3,36 milhões de dólares. Seguem-se os da Northeastern University (3,12 milhões) e da Marist College (2,69 milhões), originalmente católica, mas, desde 1969, regida por uma fundação laica, mesmo mantendo vínculos com a congregação dos Irmãos Maristas. No total, são 42 presidentes milionários, mais seis do que nos dois anos anteriores, os quais, em conjunto, ganharam em 2011 mais do dobro que em 2010. Em geral, os conselhos das universidades justificam as elevadas remunerações pela necessidade de reter esses talentos.

De qualquer forma, a universidade norte-americana não é um ninho de milionários. Qualquer dos cem executivos com maiores salários nas empresas desse país

(www.aflcio.org/Corporate-Watch/Paywatch-2014/100-Highest-Paid-CEOs), ganha muito mais do que o reitor melhor pago.

Bélgica: A eutanásia como pena de morte

Na Bélgica, a deriva da eutanásia levou a justificá-la primeiro, pelo sofrimento físico e depois psíquico, do doente terminal ao incurável e do adulto consciente ao menor de idade. Agora é enfrentado um novo limite: um condenado a prisão perpétua pediu que seja libertado com a eutanásia de uma vida sem sentido.

Frank van den Bleeken é um preso belga que, aos 20 anos, foi condenado a prisão perpétua devido a violação e assassinio. Após 30 anos de prisão, pediu a eutanásia. Segundo o seu advogado, dois psiquiatras visitaram Bleeken e concluíram que sofre continuamente por causa dos seus transtornos mentais, pelo que a eutanásia se justificaria. Bleeken pensa que “a sua vida não faz sentido”. O caso é problemático, porque, na prática, implica que um preso peça para si próprio a pena de morte, abolida na Bélgica.

Aos 50 anos, Van den Bleeken não padece de dores físicas, nem se encontra em fase terminal de nenhuma doença, mas a ausência deste tipo de requisitos não foi impedimento para autorizar a eutanásia na Bélgica noutros casos, como o dos gémeos Verbessem (eram surdos e começavam a ficar cegos).

Na Bélgica, a eutanásia pode ser considerada na prática um direito, mas outros direitos dos presos deixam bastante a desejar. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou no ano passado esse país, por não ter proporcionado terapias adequadas a presos com problemas psiquiátricos.

O próprio Bleeken tinha pedido para ser enviado a um psiquiatra prisional na Holanda, em virtude de um acordo entre ambos os países, que permite o intercâmbio de presos para evitar a superlotação nas prisões. Mas a transferência não foi possível. Agora pede a morte.

Se não estivesse preso, a eutanásia seria mais fácil. Marc Cosyns e Wim Distelmans são dois conhecidos ativistas pró-eutanásia na Bélgica. O primeiro, médico em cuidados paliativos, tornou-se famoso por um documentário que retrata os últimos dias de vida de dois doentes terminais. Distelmans, também médico, preside à Comissão para o Controlo e a Avaliação da Eutanásia na Bélgica. Ambos concederam uma entrevista conjunta ao jornal “De Standaard”, onde se debruçaram sobre o polémico projeto de lei belga que permitiria também aos menores de idade poderem pedir a eutanásia.

Na entrevista, Cosyns admite que não documentou os seus próprios casos de acordo com o procedimento protocolar, que

exige dar conhecimento à mencionada Comissão de qualquer eutanásia realizada. Para surpresa do próprio Distelmans (“Mas, Marc, não podes ignorar a lei!”), Cosyns justifica-se, argumentando que sempre atuou de acordo “com os direitos dos doentes”. Entenda-se que está a referir-se à sua própria conceção de quais são estes direitos, não a nenhuma declaração oficial ou a algum tipo de lei, porque não parece que Cosyns tenha em muita estima aquilo que os legisladores possam dizer a esse respeito.

Comentando estas declarações, Michael Cook interroga-se em “MercatorNet” (“Belgium and the majesty of the law”, 5.1.2014) sobre como pode uma confissão desta gravidade, feita na presença do encarregado de vigiar essa específica parcela do Estado de Direito, ter ficado sem reação – exceto o leve “puxão de orelhas” de Distelmans a Cosyns. Cook compara este caso com o de Ray Gosling, apresentador da BBC que, em 2010, admitiu no seu programa – embora se tenha demonstrado que era falso – ter colaborado no suicídio de um amigo doente de sida. Um dia depois da emissão do programa, Gosling foi preso por presumível assassínio.

Para Cook, a resposta sobre o porquê de não ter havido reação às palavras de Cosyns, pode residir numa espécie de fascínio social pelos médicos, que os situa “num pedestal, acima das leis feitas para os doentes”. Seja como for, este episódio mostra quão difícil é não cair na arbitrariedade, quando o único critério de juízo é a subjetividade, a do médico ou a do doente.

Recuperar o entusiasmo pelas humanidades

O manifesto “Unas Humanidades con Futuro”, promovido por professores de diversas disciplinas com o impulso do Instituto de Estudos Catalães e da Faculdade de Teologia da Catalunha, constata que os estudos humanísticos têm vindo a perder protagonismo devido a fatores sociopolíticos e económicos. Mas, em última análise, as razões encontram-se “numa crise mais geral do saber, igualmente do saber científico, muitas vezes valorizado somente pelas suas aplicações práticas e sem que seja relacionado com a pergunta pelo sentido”.

Muitos dos que exaltam a utilidade da ciência e da tecnologia, esquecem que a deterioração da cultura humanística tem consequências práticas, tais como “o empobrecimento do pensamento, a precariedade do discurso ético e a perda da coesão da nossa civilização”. As carências humanísticas deixam “grandes vazios no sistema de referências pessoais e coletivas”, expondo-nos a “submissões e manipulações”.

Mas as consequências negativas só são uma face da moeda, e nem sequer a mais importante. As humanidades são valiosas por si mesmas, porque acarretam “a paixão pela beleza e por um mundo mais humanizado, livre e feliz”. Também são “interessantes e úteis”, porque proporcionam

critérios de orientação e pensamento crítico, ao mesmo tempo que dispõem para o diálogo e para a compreensão de outras culturas.

Tendo em conta estes benefícios, o manifesto encoraja a “recuperar o entusiasmo por todas as criações do espírito humano e restabelecer e potenciar a figura do professor que cultiva e comunica as humanidades com paixão”.

Concretamente, para a fase do ensino secundário, o manifesto propõe impulsionar “a aprendizagem das línguas modernas e das línguas clássicas (grego e latim), as quais devem manter-se como matérias opcionais, mas não residuais”. Também reivindica um lugar no plano de estudos, para “os grandes relatos da Bíblia”, que “devem ser referências culturais”.

A tendência atual para a especialização dos estudos universitários, deve ser completada com uma visão mais ampla do saber, e “o equilíbrio entre as disciplinas técnicas e as humanidades”. “Não se podem confinar as humanidades aos ‘cursos de letras’. As ciências necessitam das humanidades, e as humanidades não se podem desvincular da ciência”.

A cultura humanística necessita também do apoio das novas tecnologias e dos meios de comunicação social. Neste ponto, o manifesto esboça uma proposta interessante: “As humanidades necessitam de uma discriminação positiva”, para “fomentar o gosto pela leitura, pela escrita e pelo conhecimento dos clássicos”.

Entre os primeiros subscritores do manifesto, figuram humanistas destacados da Catalunha: Salvador Giner, catedrático de Sociologia; Victoria Camps, catedrática de Ética; Jordi Llovet, catedrático de Teoria da Literatura e autor de um livro sobre o declínio das humanidades na universidade (“Adiós a la universidad”, Galaxia Gutemberg/Círculo de Lectores, Barcelona, 2011); Rafael Argullol, catedrático de Estética e Teoria das Artes, entre outros.

“Uma Separação”

“A Separation”

Realizador: Asghar Farhadi
Atores: Payman Maadi, Leila Hatami, Sareh Bayat
Duração: 123 min.
Ano: 2011



Este filme iraniano foi o grande vencedor do óscar para “melhor filme estrangeiro” de 2011, ao abordar a questão da estabilidade familiar na vida profissional e pessoal de cada um.

Tudo começa com um casal que pretende divorciar-se. Essa decisão vai ter repercussões na vida dos pais e da filha, afetando as suas capacidades e emoções, tanto no ambiente laboral, como em casa. Toda a família e todos em seu redor são abalados estruturalmente... A filha vai fazer tudo ao seu alcance para conseguir a união. No dia em que os pais se separam, desencadeiam-se vários problemas, tanto no local de trabalho do pai, como na escola da pequena. Ela não está preocupada somente consigo própria, mas dá-se conta que para resolver todas as confusões que se vão avolumando, a unidade entre todos é a solução. Mas não quer hipocrisias. Quer a verdade dos factos e que cada um corrija as atitudes incorretas. Por vezes, engana-se nos passos que dá, mas como sabe bem o que quer, volta a tentar... No final, ultrapassam juntos alguns dos problemas, mas será só a forte defesa do objetivo último por parte da filha que levará os pais a reconsiderar o que está verdadeiramente em jogo para o bem de todos...

Tópicos de análise:

1. É estimulante lutar por objetivos “vitais”.
2. O esforço gasto na defesa de um objetivo depende do seu real valor.
3. Alcançar a meta implica estar atento aos pormenores.

Link para o filme:

www.imdb.com/title/tt1832382/

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE